

 <p>A casa e a voz dos gramadenses</p>	<p>CÂMARA DE VEREADORES</p> <hr/> <p>Gramado</p>	RQ - 025	Data: 19/10/2010
			Revisão: 001
			Página 1 de 4
<p>Ata de Sessão</p>			

Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN
- XV Legislatura -

FL. Nº: 001

Ata nº 01/2018 da Audiência Pública de Metas Fiscais, da Câmara Municipal de Gramado, realizada dia 23 de fevereiro de 2018.

Ata nº 01/2018 da Audiência Pública de Metas Fiscais do Terceiro Quadrimestre de 2017, realizada no dia 23 de fevereiro de 2018, no Plenário Júlio Floriano Petersen. Sob a Presidência do vereador Volnei da Saúde, Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas. Fizeram-se presentes ainda os senhores Paulo Cezar Bisol, Secretário da Fazenda e Paulo Felipe de Carvalho Pinho, Contador do Poder Executivo Municipal. O Senhor Presidente saudando a presença dos senhores vereadores, da comunidade, e demais presentes, invocou a proteção de Deus e declarou aberto os trabalhos da Audiência Pública de Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de 2017. Convidou para compor a mesa dos trabalhos o Secretário da Fazenda, Paulo Bisol e o Contador Paulo Felipe. O secretário **Paulo Bisol** deu início aos trabalhos: "Boa tarde senhores e senhoras. Estamos aqui para a prestação de contas do Poder Executivo no terceiro quadrimestre de 2017. Convém esclarecer que o terceiro quadrimestre abrange todo o exercício de 2017, portanto os números aqui apurados são a prestação de contas de todo um exercício para o que eu passo a palavra ao nosso contador para que esclareça por favor os números que forem aqui apresentados. Muito Obrigado. Contador **Paulo Felipe**: "Boa tarde a todos. Então conforme, a gente está aqui conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, no artigo 8º, parágrafo 4º, que nos finais dos meses de Maio e Setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre em audiência pública. Então para isso que nós estamos aqui hoje. Começando pela Receita Corrente Líquida, que é a receita corrente de Janeiro de 2017 a Dezembro de 2017 tá. Isso é só as receitas correntes, não entra as três capitais, então ficou um valor de R\$ 207.656.574,62 (Duzentos e sete milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta e dois centavos). Essa Receita Corrente Líquida serve para a gente calcular o nosso gasto, o índice constitucional com a folha de pagamento. Que a despesa com folha, de Janeiro de 2017, do mesmo período, de Janeiro de 2017 a Dezembro de 2017 perpez o valor de 93.648.572,09 (noventa e três milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quinhentos e setenta e dois reais e dois centavos). Dando uma porcentagem de 45,10 nosso índice de pessoal fechou o ano 2017. Continuando aqui tá. Esse índice mudou um pouco agora devido aqui a noventa e três milhões. Dois milhões e meio a gente contava como serviços terceirizados. As zeladorias contavam aqui. E a partir desse ano não, as zeladorias vão contar como serviços de terceiros. Não estão contando mais como gasto com pessoal. Receita total do exercício. Arrecadamos R\$ 217.957.103,02 (duzentos e dezessete milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, cento e três reais e dois centavos), sendo então do Executivo R\$ 188.499.040,40 (cento e oitenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e nove mil e quarenta reais e quarenta centavos) e da autarquia Gramadotur R\$ 29.458.062,62 (vinte e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil e sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos). Voltando a explicar aqui, antes aqui no gasto com pessoal, a Autarquia está incluída ali naquele gasto, só não está o Legislativo. Índice de gasto com a educação. O constitucional conta como índice, que é 25% é o mínimo constitucional. Nós atingimos 28,33%, que deu um valor de R\$ 37.919.155,79 (trinta e sete milhões, novecentos e dezenove mil, cento e cinquenta e cinco reais e setenta e nove centavos), de janeiro à dezembro de 2017. Revisando que o índice é 25%. Total de gastos com educação, isso aqui está empenhado ali é só o constitucional, que é o MDE e o FUNDEB. Aqui é todos os recursos gastos com educação. Então na verdade gastou com educação R\$ 56.295.990,72 (cinquenta e seis milhões, duzentos e noventa e cinco mil, novecentos e noventa reais e setenta e dois centavos). Aqui tem recursos livres R\$ 3.100.952,63 (três milhões, cem mil, novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos), que está o transporte universitário, está alguma coisa de merenda escolar, agora tem também a UAB, Universidade Aberta do Brasil, que conta o índice, os recursos são feitos recursos livres, então isso totalizou R\$ 3.100.952,63 (três milhões, cem mil reais, novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos). Recursos do MDE, R\$ 28.740.965,09 (vinte e oito milhões, setecentos e quarenta mil, novecentos e sessenta e cinco reais e nove centavos). Recursos do FUNDEB, R\$ 22.144.867,47 (vinte e dois milhões, cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos) e outros recursos, que é transporte escolar, que é recursos que vem para a merenda, federal, estadual, R\$ 2.309.205,53 (dois milhões, trezentos e nove mil, duzentos e cinco reais e cinquenta e três centavos). O que conta para aquele índice são recursos do MDE e do FUNDEB, são esses dois recursos que contam para aquele índice, o resto é lucro. Dos cofres da Prefeitura é isso, o MDE, aquilo ali, é aquela do imposto que paga, cada imposto que paga tem 25% que vai para a educação, 15 para a saúde e o resto, ele, então cada imposto que a gente paga está dentro desse MDE, a parte que deu desses recursos. O livre também é a Prefeitura tá, esses três milhões e cem. Só que não conta para o índice, é da parte dos 60% aquele que a gente bota. Saúde. Na saúde foi aplicado, o índice constitucional é 15% gasto em saúde e foi gasto 22,27% e deu R\$ 29.815.100,28 (vinte e nove milhões, oitocentos e quinze mil e cem reais e vinte e oito centavos) no período de janeiro a dezembro. Não, saúde, aí eu passo detalhando daqui tá. Então a saúde tem recursos federais e recursos livres também. Na saúde foi investido R\$ 43.399.871,18 (quarenta e três milhões, trezentos e noventa e nove mil, oitocentos e setenta e um reais e dezoito centavos), sendo próprio da Prefeitura, que é o SPS, que é os 15% dos impostos, R\$ 30.405.009,14 (trinta milhões, quatrocentos e cinco mil e nove reais e quatorze centavos), recursos livres, onde está aqui o empréstimo do Hospital, aquela parte que não entra no recurso vinculado, que não entra no gasto com saúde, R\$ 3.583.342,62 (três milhões, quinhentos e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e dois reais e sessenta e dois centavos) e outros recursos, que é recursos federais e estaduais que fecharam em R\$ 9.411.519,42 (nove milhões, quatrocentos e onze mil, quinhentos e dezenove reais e quarenta e dois centavos), fazendo uma regrinha de três aqui, na verdade, aquele é o índice constitucional, que a gente viu antes, então a gente gastou com saúde vinte e três... Não, não, mas assim, eu fiz pela base no que a gente tinha aqui senhor Paulo. Educação aqui, os cinquenta e seis milhões em cima da receita do Município, que é só do Município, sem contar com a Autarquia cento e oitenta e oito milhões lá, que é bastante recurso, em cima desses cento e oitenta e oito milhões, que é só a receita do Município mesmo. Esses cinquenta e seis milhões correspondem a 29,86%, eu quero mostrar para vocês que hoje a gente gasta 52%, em torno disso, em saúde e educação. O orçamento que a gente arrecada, sim é 29,86 mais 23,02, dá 52%, mais 23, dá 52% se não me engano, alguma coisa. Então isso, dos 100% do orçamento, 52... Não, isso só saúde e educação, sem contar a folha, sem contar a folha dá... entendeu... educação é o mais pesado, é hoje, é, são seiscentos e poucos funcionários, dá outro plus em cima... Sim, a saúde, o que que eu estou repetindo aqui, 29,86% do total empenhado é educação e 23,02 é saúde, de um total de cento e oitenta e oito milhões, 52% é saúde e educação hoje, do nosso orçamento. Do que a gente arrecadou ano passado, 52% foi saúde e educação... Da educação e da saúde, da educação e da saúde... Sim, da RPE é cinquenta e seis mil mais quarenta e três... não, não, cinquenta e seis é só educação... cinquenta e seis, mais quarenta e nove, mais quarenta e três... quase cem milhões que a gente gasta com saúde e educação. Na folha está tudo ali, todo o custo. O Hospital tá tudo ali. Sobrando os outros 48%, o resto todo da máquina, fora a folha, imagina a folha, tem de mais tanto de folha do Executivo. Então é aquilo que eu venho dizendo, há meses que eu venho dizendo, a máquina está ficando pesada. Tudo que é estrada que a gente cria, tudo que é escola que a gente constrói, o custo vai estar vindo agora. A saúde deu? Tranquilo? Então agora eu vou explicar o resultado primário e o resultado nominal aqui. O resultado primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se das receitas e despesas o gasto com juros. E então, caso a diferença seja positiva nos temos um superávit primário, caso negativo, um déficit primário. Nós dizemos, ah ó aqui, o superávit primário é uma indicação de quanto o governo economizou ao longo de um período de tempo, mês, ano) com o pagamento de juros. Nas receitas primárias tivemos R\$ 210.836.138,60 (duzentos e dez milhões, oitocentos e trinta e seis mil, cento e trinta e oito reais e sessenta centavos) e as despesas primárias R\$ 210.343.872,53 (duzentos e dez milhões, trezentos e quarenta e três mil, oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta e três centavos). Nós tivemos um superávit

 <p>A casa e a voz dos gramadenses</p>	<p>CÂMARA DE VEREADORES</p> <p>Gramado</p>	Data: 19/10/2010
		RQ - 025
		Revisão: 001
		Página 2 de 4
<p>Ata de Sessão</p>		

Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN
- XV Legislatura -

FL. Nº: 002

primário de R\$ 492.266,07 (quatrocentos e noventa e dois mil, duzentos e sessenta e seis reais e sete centavos). Eu tinha uma meta estipulada na LOA, isso faz no ano anterior, a gente faz uma meta, nossa meta era ficar negativo R\$ 982.041,72 (novecentos e oitenta e dois mil, quarenta e um reais e setenta e cinco centavos), nós ficamos com superávit, não ficamos negativo, nós ficamos com superávit a mais de 492. Resultado nominal tá. O resultado nominal é o balanço entre as receitas totais e as despesas totais, correspondente a necessidade de financiamento do setor público. Sendo essa diferença de um ano para o outro, examinado com uma meta que o Município deseja atingir. Aqui acho que que ficou pequeno, vou ver se consigo aumentar um pouco. Então aqui ó, em 31 de dezembro de 2017 ali ó, a gente ficou com uma despesa, dívida fiscal de novecentos e pouco, a nossa dívida começou a diminuir. Aqui ó, em 2016 era R\$ 1.095.073,66 (um milhão, noventa e cinco mil e setenta e três reais e sessenta e seis centavos), em agosto, dia 31 de agosto, nós estávamos, quando a gente fez a outra audiência, nós estávamos com R\$ 1.015.073,66 (um milhão, quinze mil e setenta e três reais e sessenta e seis centavos) e fechamos em dezembro com R\$ 975.073,66 (novecentos e setenta e cinco, setenta e três reais e sessenta e seis centavos), aí nós vemos que a nossa dívida vem diminuindo aos poucos. Nossa meta, nós ficamos com uma meta parecida. A nossa meta que deixamos na LOA seria de R\$ -1.011.824,27 (um milhão, onze mil, oitocentos e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos negativos), nós quase atingimos a meta. Então aqui ó, disponibilidade de Caixa, nós tínhamos uma disponibilidade caixa no final do ano de R\$ 35.716.384,82 (trinta e cinco milhões, setecentos e dezesseis mil reais, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos) e nós tínhamos uma dívida de vinte e cinco, então a gente pagaria a nossa dívida que a gente tem hoje e sobraria recurso. O que eu tenho para apresentar por enquanto é isso. Se houver alguma coisa a mais, seu Paulo quer falar alguma coisa.” *[Devido à falha técnica, este trecho ficou inaudível e não teve como ser transcrito]*. Contador **Paulo Felipe**: “Eu tenho o PAC 2, que é um empréstimo de dezessete milhões, então eu quitaria aquele relatório encima da dívida fiscal que eu tenho, a dívida né, não encima da, o que sobrou de superávit, o superávit seria aqui, vamos ver aqui, seria quatrocentos e pouco mil ali que...é sim, sim, sim.” Secretário **Paulo Bisol** : “Quando o Paulo falou em trinta e cinco milhões, sim, nós temos um encaixe de trinta e cinco milhões, porém nós temos uma dívida de curto prazo de vinte e dois, conseqüentemente a disponibilidade seria de dez milhões, contudo nós temos no passivo, ainda em obrigações trabalhistas e empréstimos e financiamentos um valor de mais de vinte e dois milhões, totalizando uma dívida de quarenta e quatro, então para trinta e cinco milhões de disponibilidade nós temos uma dívida de quarenta e quatro milhões. Isso significa que para cada cruzeiro que nós devemos, nós temos um real e dois centavos para a cobertura da dívida, isso é o Índice de Liquidez, ok? O Índice de Liquidez no ano de 2016, considerando uma disponibilidade de vinte e seis milhões e um passivo de trinta e um, passivo de trinta e um milhões, é , corresponde ao Índice de Liquidez geral na ordem de 0,85, isso eu quero dizer o seguinte, que a nossa dívida está diminuindo, obrigado.” Contador **Paulo Felipe**: “Luia, nós entramos no ano passado teve o refinanciamento aquele, federal, uma dívida que tinha antiga, lá de, acho que é de 1999 acho que era a dívida do INSS, que a gente entrou, que era um pagamento, era uma dívida impagável, a gente mal pagava os juros, então aquilo virou uma bola de neve, aquilo, a gente pagava, pagava e continuava devendo sempre os mesmos, estava em um montante de oito milhões, então a gente aderiu ao parcelamento, só que não recebemos resposta, teria que pagar isso em seis, sete vezes, isso, agente pagando em seis, sete vezes, isso vai dar uns, quinhentos, seiscentos mil por mês, , a gente reduz a dívida de oito milhões para, não, sete milhões e pouco, a gente ganha três milhões de reais de desconto e vai tirar os juros, que é os juros que está nos matando, então a dívida fica em quatro milhões, a gente consegue pagar isso em seis, sete meses, só que a gente, até agora o Governo Federal não tem uma normativa ainda que nos autorize a pagar isso em uma vez só, não tem, eles estão tentando, a auditora da Receita Federal, que eu tenho contrato em Caxias e está tentando, só que não veio nada de normativa ainda, então a gente pretende pagar essa dívida esse ano, se a resposta vier positiva.” Vereadora **Manu Caliar**: “Boa tarde a todos, em nome do Secretário Paulo, cumprimento a equipe também da Fazenda, Paulo Felipe, e a todos os presentes. E eu vou chamar atenção para um percentual e quem a primeira vez chamou a atenção para isso foi o Luia e isso nos preocupa muito porque a gente observa que de certa forma o percentual fica mascarado, que é o gasto com pessoal. Isso vem preocupando a todos os vereadores há algum tempo, a gente, inclusive, sempre quando vem os projetos a gente pede sempre o impacto em relação a, devido a nossa preocupação em relação a esse percentual, mas a gente observa e eu acho que a gente tem que começar a pensar muito seriamente a esse respeito, que quando a gente diz que a despesa com folha é de 45,10%, está junto à receita da Gramadotur, sendo que nem um centavo do valor da Gramadotur é utilizado nas despesas do Município e sim o valor fica todo na Gramadotur e a folha de pagamento da Gramadotur é pequena, então se nós tirássemos a receita da Gramadotur, que de fato não entra para gastos do Município, nós vamos ter um índice percentual muito maior em relação a gastos com folha e isso é uma preocupação muito séria que nós temos aqui e pelos nossos cálculos. Eu não, eu não fiz o cálculo, mas tirando vinte e oito milhões que foi a Gramadotur, vinte e nove milhões de reais desse orçamento, a gente imagina que o percentual suba bastante. Eu queria saber o quê que vocês pensam à esse respeito.” Contador **Paulo Felipe**: “A preocupação é nossa também tá, eu tenho essa preocupação como funcionário de carreira, exceto, tirando aquela abertura ali, a receita vai a quase 52, 53, quase no limite, a receita vai começar, com quarenta e oito ponto alguma coisa, que é cinquenta e quatro, tu vai tirando cinco por cento, cinco por cento, dez por cento menos, quarenta e oito ponto vinte e cinco por cento, aí vai dar um alerta, então nós estamos quase no período, recebemos um alerta, então é isso que eu digo para vocês, é isso que eu estou tentando explicar a várias audiências, a máquina está ficando pesada. A cada creche que agente cria, eu sei que a gente tem que dar creche, eu sei que a gente tem que dar infraestrutura, mas o quê que eu estou tentando com os secretários, não tem que criar uma creche nova, tu tem que aumentar a que tu tem, aquilo ali já diminui pessoal, já diminui diretora, vice-diretora, nós temos que fazer isso nós postos de saúde, nós temos que repensar, o quê que o Estado está fazendo? Fechando escola, não é que a gente quer fechar escola, mas reestruturar o gasto. Tem muito, nós temos, aqui na cidade um posto grande que tá aqui, em menos de dois quilômetros nós temos dois, três postos da saúde. Ah, a população precisa. Precisa, mas Gramado precisa, a meu ver, estou falando da minha parte, é reduzir custos, inclusive pessoal, imagina uma nova escola, quantos funcionários precisa. Isso vai aumentar o índice e gradativamente o gasto com pessoal vai aumentando e vai chegar um ponto em que nós vamos ficar igual as outras prefeituras, ter que demitir, ter que não fazer as coisas, então está na hora de Gramado...Gramado ainda é uma cidade muito nova, então não tem aqueles aposentados, não tem muita ainda dessa estrutura, é uma cidade com poucos anos ainda, então eu acho que vocês estão certos, tem que repensar, isso é uma coisa que eu e o seu Paulo também achamos importante, nós conversamos seguido sobre essa parte, de gasto com pessoal. A gente sempre está ali incomodando, ah, vamos pensar, vamos ver os impactos que vai dar isso, que eu, a máquina está ficando pesada, vocês tem razão. É uma preocupação nossa também.” Secretário **Paulo Bisol**: “Inclusive nesse mesmo tema, eu gostaria de esclarecer à nossa nobre vereadora de que não só as receitas da Gramadotur compõem o balanço da Prefeitura, como também as suas despesas. Considerando isso, nós ainda estamos em um índice favorável. Por quê? Porque como a senhora só teve um olhar sobre a receita, também tem que ter esse olhar sobre a despesa, e a Gramadotur representou como receita e também como despesa. Nesse caso, os índices permanecerão mais ou menos parecidos. Porque se tu tirar toda a Gramadotur, tu vai ter que tirar a receita, vai ter que tirar a despesa, o que ela representa em termos.” *[Devido à falha técnica, este trecho ficou inaudível e não teve como ser transcrito]* Secretário **Paulo Bisol**: “Sim, mas, na verdade, sim, nesse aspecto se tu quisesse fazer uma comparação somente com a receita da Prefeitura, claro, atingiria 50%, evidentemente, mas não é assim que se calcula, tem que se considerar que a Gramadotur tem uma receita própria e uma despesa própria. Mesmo não sendo mão-de-obra, então né.” Vereador **Luia Barbacovi**: “Isso eu acho que todo mundo entendeu, nós só estamos falando que... *[Este trecho ficou inaudível e não teve como ser transcrito]* Secretário **Paulo Bisol**: “Não, não, absolutamente...” *[Este trecho ficou inaudível e não teve como ser transcrito]* Secretário **Paulo Bisol**: “Em torno de cinquenta e... Na verdade a folha representa 52% da arrecadação do Executivo, 52% da arrecadação do Executivo, sem considerar a receita e a folha da Gramadotur.”

 <p>A casa e a voz dos gramadenses</p>	<p>CÂMARA DE VEREADORES</p> <p>Gramado</p>	RQ - 025	Data: 19/10/2010
			Revisão: 001
			Página 3 de 4
<p>Ata de Sessão</p>			

Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN
- XV Legislatura -

FL. Nº: 003

Considerando a folha da Gramadotur e a receita da Gramadotur, evidentemente que esse número baixa para 45%. O que é uma preocupação crescente.” [Este trecho ficou inaudível e não teve como ser transcrito] Contador **Paulo Felipe**: “Terceirizados é o seguinte, o que eu tirei dos terceirizados, antes nós contávamos as zeladoria em gasto com pessoal. As zeladorias como ruas, essa parte de limpeza, isso aí dá um valor de dois milhões e poucos por ano, mas vendo a legislação e falando com o pessoal do Tribunal de Contas sobre isso aqui, ela não conta, porque na terceirizada quando a gente contrata a terceirização tá o caminhão, tá o combustível, estão as máquinas que usam, então a folha é uma parte desse custo, e o Tribunal, o que ele me alertou, seria terceirização de mão-de obra quando tu tem vaga no teu concurso, tem vaga, tem um médico, tem vaga para médico e contrata uma ACM, isso seria terceirização de mão-de-obra. Tem a vaga criada e tu está contratando, está burlando o concurso entendeu, está contratando, terceirizando, então isso conta como índice, senão o tribunal, quer que retire esta parte dos terceirizados, por exemplo nas zeladorias, os atendimentos da saúde que tem, aí conta como gasto em saúde, tem serviçal para atender lá, esse conta, esse conta, esse conta, eu coloco como conta. Tem uma rubrica específica que é outros serviços de terceirização, eu boto ali para contar.” Vereador **Professor Daniel**: “Boa tarde a todos. Vereador Professor Daniel. Eu, só uma pergunta, que é importante esclarecer. Não é uma maquiagem, é uma questão legal, não, é legal, então a gente tem que deixar muito claro e a cidade tem suas próprias características. Entra e sai o dinheiro que em cima daquele valor que vai fazer o ajuste. Outra coisa importante, qualquer cidade, qualquer governo, do Estado, Federal, o maior gasto vai ser com saúde e educação. E nós, e eu faço o alerta, nós temos problemas, por exemplo, na educação, nós estamos hoje com trezentos e, 320, 330 vagas em déficit, então esse é um desafio importante, que nós precisamos olhar, nós vamos precisar de mais funcionários sim, porque nós temos uma margem ainda dentro de um limite. Eu discordo dessa questão, assim de que nós estamos no esgotamento, nós estamos maquiando, o outro governo já em outro momento, ele, Gramado por sua característica tem um número de funcionários muito maior do que uma cidade de 35.000 habitantes, por quê? Porque nós temos uma circulação de seis milhões de pessoas aqui ou mais ou menos, que obriga a ter um número de funcionário público maior, e nós temos por exemplo essa questão da creche, nós temos essa questão da saúde, que eventualmente precisam de mais e essa questão das creches, o contador emitiu uma opinião pessoal dele, não sei se é uma opinião do governo, que eu não concordo, não vai mudar em nada a questão com o gasto pessoal se tu pegar uma creche, por exemplo nós temos muitas creches que são prédios alugados por preços absurdos. Eu tô fazendo um pedido para, eu quero saber quais são os preços de todas as coisas que a gente paga. Tu fazendo uma creche nova, tu não vai mudar, tu não vai mudar o número do gasto com pessoal e se contratar uma empresa terceirizada, terceirizar esse serviço, tu também vai mexer no índice, então nós vamos precisar, na minha opinião mexer um pouco nessa margem.” Contador **Paulo Felipe**: “Só que isso não vai resolver o problema de vagas, tu vai só tirar um cargo vago por outro cargo, o problema de vagas vai continuar o mesmo, o déficit de vagas vai continuar o mesmo.” Vereador **Professor Daniel**: “Não, tudo bem, enfim, eu não sei se tudo isso que eu estou pedindo, tu fala eu, eu, eu, não sei se tu tá falando por ti ou tu tá falando pelo Governo, essa questão também tu traz as tuas opiniões aqui, eu já não sei se é do prefeito, se é do governo, de quem é que é. Essa questão do pessoal, eu também tenho, a gente tem que cuidar um pouco com a questão demagógica, ah nós estamos chegando no limite do limite. A função do Município, a função do Município, do Estado é cumprir suas funções públicas, nós não somos uma empresa. Nós temos que ter cuidado, responsabilidade, mas nós não podemos ter um olhar para o serviço público como o de uma empresa, nós temos que olhar para o serviço público como serviço público, essa é a função do Estado e é óbvio que eu tenho uma preocupação também, de ter a responsabilidade, de gasto, o índice também, mas eu também, eu tenho outros apontamentos que a gente pode diminuir isso de outra forma. Esses, outra pergunta, só para finalizar. Esses 45% são o que se gastou com pessoal ou é a previsão?” Secretário **Paulo Bisol**: “45%, que se gastou realmente com o pessoal, encima da receita.” Vereador **Professor Daniel**: “É o que se gastou, sim, então só fazer o meu último comentário. Muitas vezes aqui na Casa, quando se vem aqui, vem uma previsão de gastos com pessoal, porque existem alguns cargos que são criados, mas não são ocupados, como muitos cargos de confiança, então nós também temos que cuidar quando vem lá um chamado de mais 10 professores ou mais 10 agente de saúde e já com os cargos que que existem e não sou ocupados, esse índice sempre tá perto do limite legal, então a gente tem que tá sempre olhando, é um apelo que eu faço, que a gente tá sempre olhando para os 45%. Porque se tu olhar hoje, tu mandar para a Câmara um número, tu vai mandar um número para cá, tu vai ver que vai tá lá com uma previsão de gasto de 50%, porque têm cargos que existem e não são ocupados.” Secretário **Paulo Bisol**: “Na verdade, perdão, na verdade Daniel, nós temos sim uma responsabilidade quanto ao índice legal. Nós estamos próximos ao índice máximo que a lei nos permite. Este é, penso eu, o alerta que o Paulo quis deixar claro aqui, que nós estamos com um índice muito elevado de mão-de-obra, ou seja...” [Devido a falha técnica, este trecho ficou inaudível e não teve como ser transcrito] “O índice está elevado e isso nós temos que controlar, não é função do Estado, o emprego de todas as pessoas indistintamente. Nós temos a obrigação de gerir o Estado dentro daqueles limites estabelecidos em lei, nós podemos gastar no mínimo 25% para educação, nós gastamos 28. Podemos, nós podemos, nós temos 15% na saúde, nós gastamos 22, podemos, em benefício, mas nós temos 52% da verba do Executivo gasto com mão-de-obra. Toda a mão-de-obra, isso nós não podemos, quer dizer, se não fosse a receita da Gramadotur, nós estaríamos acima do nível, acima do nível permitido em lei e isso geraria irresponsabilidade fiscal. Então nós temos que limitar, nós temos, o senhor me perdoe, o nobre vereador nos perdoe, mas nós temos que limitar os gastos com mão-de-obra sim. Vereador **Professor Daniel**: “Eu concordo que tem que ter responsabilidade, só que o que está me parecendo aqui é que a Gramadotur não existe, que está sendo só computada, se legalmente pode ser computado e ela existe, ela vai ter despesa e receita, tu tem que utilizar dela entendeu?” Secretário **Paulo Bisol**: “Então, mas é isso que eu tô falando, porque parece que estão mascarando de forma clandestina, que nós estamos no limite, que o Município não tem mais nenhum espaço para poder fazer contratação, porque lá fora Paulo, é isso que eu tô dizendo, lá fora, a mãe que está sem a creche, a mãe quer a creche, ela precisa da creche, essa sim é a função pública do Estado. Sobre essa questão da educação, porque me preocupa, porque me parece às vezes que nós estamos gastando, estamos tendo despesa que é com saúde, saúde e educação é o princípio da população. Por isso, isso também, por isso que ela vai ter sempre e em qualquer lugar do país, pode me apontar qualquer cidade do país, o maior gasto vai ser com o professor também, vai ser na educação, não existe.” [Este trecho ficou inaudível e não teve como ser transcrito] Vereadora **Manu Caliari**: “Não, eu gostaria de parabenizar a fala do secretário, que realmente, e do Luia, que é dentro dessa preocupação, não é usar de forma demagógica essa colocação, é uma preocupação, porque a gente sabe que os serviços só funcionam enquanto a gente tem saúde financeira. E não adianta depois a gente contratar um monte de gente e não poder pagar, também temos que colocar, ver, colocar em consideração que o Paulo falou que os gastos com terceirizados nem estão sendo contabilizados nesta conta, ou seja, quanto a gente gasta com terceirizados, né? Quanto? Dois milhões e meio, então embora não seja tanto, mas entraria também nesse valor, então o que significa que nós temos que ter cuidado, é essa a nossa preocupação, no sentido de ajudar a administração e dizer que nós estamos preocupados porque zelamos pelo futuro, para que a gente tenha saúde financeira e tudo funcionando como deve funcionar. E outra coisa, desculpa a pergunta, e com o concurso? Como é que vai ficar esse índice, agente sabe que vai acontecer mais um concurso público e aí a gente tem, sabe que esse índice automaticamente vai aumentar. Mas se vai ter concurso, normalmente é porque precisa né?” Contador **Paulo Felipe**: “Até agora não chegou nada para nós Manu, da Fazenda, de impacto, alguma coisa.” Vereador **Dr. Ubiratã**: “Boa tarde aos Paulos aí, obrigado pela presença, a todos aqui que estão no Plenário, isso. Eu queria ter uma, eu sempre falo com relação à saúde. Eu tenho uma preocupação, se vocês sabem me informar o quanto que cresceu percentualmente e em valores reais do ano de 2016 para 17 o investimento em saúde. Pois é, 50% não, não menos é, pois é, então assim, a gente sabe que no caso... Ou seja, quanto foi o percentual, o Paulo talvez, o contador deva saber.” Secretário **Paulo Bisol**: “O repasse para a saúde, eu confundi os investimentos na saúde, nos repasses que foram feitos ao Hospital.” Vereador **Dr. Ubiratã**: “Não.”

 <p>A casa e a voz dos gramadenses</p>	<p>CÂMARA DE VEREADORES</p> <hr/> <p>Gramado</p>	RQ - 025	Data: 19/10/2010
			Revisão: 001
			Página 4 de 4
<p>Ata de Sessão</p>			

Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN
- XV Legislatura -

FL. Nº: 004

Secretário **Paulo Bisol**: “O Hospital, em 2017 teve um aumento de aproximadamente 50% na verba.” Vereador **Dr. Ubiratã**: “Não é isso que eu pergunto, eu tô perguntando, talvez o Paulo contador possa saber.” Secretário **Paulo Bisol**: “Falas no total?” Vereador **Dr. Ubiratã**: “Isso.” Secretário **Paulo Bisol**: “No total de gastos na saúde, em torno de um, um e pouco, dois.” Vereador **Dr. Ubiratã**: “Por cento?” Secretário **Paulo Bisol**: “Não é muita coisa.” Vereador **Dr. Ubiratã**: “É, mas a minha preocupação é isso aí, a gente observa que esses índices estão fugindo muito do que necessita constitucionalmente, que é 15% e evidentemente que vocês fazem isso, é bastante, não é pouco, é bastante, e vocês fazem exatamente o controle, orientam, no caso o secretário de Administração, não depende, mas a questão está sempre lincada com a gestão, então a dificuldade muito grande do secretário da Fazenda e do contador é justamente a questão da gestão. Como é que tu vai controlar custos, gastos, se não tem a gestão, porque os índices vão crescendo e isso não é diferente para as outras áreas, para as outras secretarias e a gente não observa investimento em algumas áreas, por exemplo na saúde, investimento ocorreu em saúde em 2017 e justifica o aumento do índice, entendeu? Aí que é a preocupação, tu vai comprometendo cada vez mais o orçamento do Município em custeio, ele vai ficando em custeio, então isso é realmente, se eu posso contribuir com essa colocação que eu estou fazendo aqui, para que se oriente então, no caso o próprio executivo, no caso o prefeito e os secretários do cuidado com essa questão aí que é extremamente importante. Eu gostaria de ouvir sinceramente que o índice de saúde fosse 15%. Eu ia ficar satisfeito, feliz, isso aí é saúde financeira para o Município, com certeza, desde que, claro, evidentemente que a população seja atendida. E não é diferente na educação. Eu queria que educação fosse 25%, não 26, mas o atendimento a plena, esse é o meu ponto de vista.” Secretário **Paulo Bisol**: “Para que isso acontecesse nós precisaríamos aumentar e muito a receita do Município, o que convenhamos não é muito fácil. Essa gestão da Saúde caberia aqui ao secretário da Saúde esclarecer esses particulares. O trabalho do Paulo e meu, dentro da Secretaria da Fazenda é buscar um equilíbrio financeiro, que nós conseguimos esse ano dentro de um de um esforço gigantesco, um resultado favorável, os senhores viram que o equilíbrio financeiro entre receita e despesa primária foram R\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões) para R\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões), nós tivemos um superávit no resultado primário de quatrocentos e noventa e cinco mil, que equivale a quinhentos mil reais, quinhentos milhões, quinhentos mil, e quando na projeção estava em praticamente um milhão de déficit, então o resultado foi, para nós, financeiramente, foi ótimo, mas o controle disso foi muito suado, posso lhe garantir.” *[Este trecho ficou inaudível e não teve como ser transcrito]* Secretário **Paulo Bisol**: “Está lá, quatrocentos e noventa e dois para, de superávit para novecentos e oitenta e dois de déficit, isso representa somados um milhão e meio de reais, isso aí não foi fácil, lhe garanto, mas quanto à saúde, eu também concordo, precisa melhor gestão, é necessário melhor gestão, não sei, cabe ao secretário da Saúde dizê-lo e esclarecer, não é nossa atribuição, nossa atribuição é pisar no freio volta e meia.” Vereador **Dr. Ubiratã**: “Não sei se cabe nessa audiência, mas o pessoal da Fazenda saberia me dizer o quanto de recursos efetivamente foi conquistado em 2017 em Brasília, recurso livre e emendas e emendas parlamentares, emendas ministeriais, enfim, mas que entrou de fato no caixa ou foi assinado o contrato já.” Contador **Paulo Felipe**: “Nós temos aqui dados reais, do que entrou no caixa.” Vereador **Dr. Ubiratã**: “Isso, isso, isso.” Secretário **Paulo Bisol**: “As transferências da União para o Município de Gramado em dois milhões, em 2017, somaram R\$ 1.460.755,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta mil, setecentos e cinquenta e cinco reais), havia projetado, dez milhões havia.” Vereador **Dr. Ubiratã**: “Só um pouquinho seu Paulo, quanto? Um milhão? Quanto? Um milhão?” Secretário **Paulo Bisol**: “R\$ 1.460.755,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta mil, setecentos e cinquenta e cinco reais).” Vereador **Dr. Ubiratã**: “E no ano anterior?” Secretário **Paulo Bisol**: “R\$ 8.427.000,00 (oito milhões quatrocentos e vinte e sete mil), aqui é a diferença entre a receita orçada e a realizada.” Vereador **Dr. Ubiratã**: “Se tivesse entrado isso aí.” Secretário **Paulo Bisol**: “Se tivesse estrado aí.” Vereador **Dr. Ubiratã**: “Nós estaríamos aqui comemorando mais ainda.” Secretário **Paulo Bisol**: “Nós estaríamos aqui comemorando mais sete milhões no resultado, no superávit do Município.” Vereador **Dr. Ubiratã**: “E essa tendência é piorar, me desculpe, mas é piorar.” Secretário **Paulo Bisol**: “Pelo visto, pelo andar da carruagem.” Vereador **Dr. Ubiratã**: “Aí o controle tem que aumentar, tem que apertar.” Secretário **Paulo Bisol**: “Sim, nós temos, a compensação foi feita, nós esperávamos, particularmente me perdoem, era minha opinião desde o início do ano, eu me manifestei aqui nessa Casa, a perspectiva de que os recursos da União diminuíssem muito. Foi além do que eu esperava, eu esperava não uma redução tão grande, mas foi danada, foi difícil. Essa redução, veja bem, nós tivemos uma receita, uma receita total do Executivo de cento e oitenta e oito milhões e a receita do ano passado foi cento e noventa e um milhões, a mesma receita, quer dizer, nós ficamos três milhões abaixo. Considerando que nós estamos só três milhões abaixo, a gente teve uma redução nas remessas da União para nós, mas de sete, então nós teríamos no mesmo nível, estaríamos com uma receita de cento e noventa e dois milhões, o que impactaria um pouquinho mais do que o ano passado. As receitas correntes, as receitas correntes que foi aí, o desempenho positivo da Secretaria da Fazenda, me perdoem, eu puxar para a nossa alçada, mas as receitas correntes de 2016 foram cento e setenta e nove milhões e no ano de 2017 cento e oitenta e quatro. Foi aqui o resultado do trabalho da Secretaria da Fazenda na busca de complementar os recursos que nós mesmos estaríamos esperando diminuíssem nas transferências da União. Não conseguimos empatar, mas chegamos muito perto, certo.” Nada mais tendo a contar o Senhor Presidente declarou por encerrada esta Audiência. Assessora de Cerimonial e Protocolo M^ª Aparecida Oaigen Benetti. Sala de Sessões em 23 de fevereiro de 2018.

VOLNEI DA SAÚDE
Presidente da COCP

LUIA BARBACOVI
Relator da COCP